



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Assistente Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas. Você deve responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Nos anos 90, o Brasil estabilizou sua economia e deslançou um importante processo de reformas estruturais, com o forte impulso dado à privatização e à reorientação da política social. Tais mudanças, não é preciso repetir, deram-se como resposta ao precedente modelo de crescimento via substituição de importações, por um lado, e à aceleração da globalização, por outro. Esse conjunto de transformações alterou profundamente as percepções e estratégias "normais" de ascensão social, cujo horizonte deixa de ser apenas individual para tornar-se coletivo. De fato, milhões de brasileiros passam a experimentar a mobilidade social em um contexto de mudança no plano das identidades coletivas; de mudanças que dizem respeito não apenas a taxas ou a padrões individuais de mobilidade, mas ao próprio sistema de estratificação social. A classe C deixa de ser "baixa" e começa a ser "média", disputando espaço com os estratos situados imediatamente acima dela – ou seja, as classes médias tradicionais.

Na análise da ascensão da classe C, a questão central é a da sustentabilidade. Se a nova classe média resulta, em grande parte, do encurtamento de distâncias sociais em função da difusão do consumo, como irão seus integrantes gerar a renda necessária para sustentar os novos padrões? Serão sustentáveis – ou antes, sob que condições serão sustentáveis – os índices de expansão do que se tem denominado a "nova classe média"?

Dada a extrema desigualdade no perfil brasileiro de distribuição de renda, os bons e os maus caminhos bifurcam-se logo adiante. Por um lado, por si só a megamobilidade social a que fizemos referência implica redução das desigualdades de renda. Por outro, o risco de fracasso é alto, o que significa estagnação e, no limite, dependendo de circunstâncias macroeconômicas, até regressão na tendência de melhora na distribuição de renda.

Deixando de lado a dinâmica macroeconômica, concentramos nossa atenção em fatores ligados à motivação e à autocapacitação (denominados fatores weberianos) na formação de novos valores sociopolíticos.

De fato, o crescimento econômico dos últimos anos traduziu-se em forte expansão da demanda por bens e serviços. Mas as oscilações da renda familiar geradas por empregos pouco estáveis ou atividades por conta própria sinalizam dificuldades para as faixas de renda mais baixa manterem o perfil de consumo ambicionado. Endividando-se além do que lhes permitem os recursos de que dispõem, as famílias situadas nesse patamar defrontam-se com um risco de inadimplência que passa ao largo das famílias da classe média estabelecida.

(Amaury de Souza e Bolívar Lamounier. **O Estado de S. Paulo**, Aliás, J5, 7 de fevereiro de 2010, com adaptações)

1. A afirmativa correta, de acordo com o texto, é:
 - (A) A efetivação da mobilidade social no Brasil sofreu recuos em função da inadimplência de boa parcela da população, que não consegue sustentar, com empregos fixos, o nível de consumo a que chegou.
 - (B) Apesar da estabilização da economia brasileira, surgiram disparidades sociais em consequência da globalização, que aumentou as desigualdades de renda entre as classes média e baixa.
 - (C) Desde a década de 90 vem sendo possível constatar acentuada mobilidade social no Brasil, com expressivo número de brasileiros que atingiram um patamar superior na classificação social.
 - (D) A estabilidade da classe média brasileira está garantida, como se pode verificar pela notável mobilidade social, ainda que permaneça a desigualdade de renda da população.
 - (E) Com a redução das desigualdades de renda, houve efetiva elevação dos padrões de consumo no Brasil, já que mesmo a população mais pobre passou a ser incluída nas classes mais altas.
2. Infere-se corretamente do texto que
 - (A) existem evidentes sinais de que a classe média, responsável pela oferta de bens e serviços, deverá garantir a consolidação do processo de mobilidade social.
 - (B) há necessidade de políticas públicas para a geração de condições econômicas que propiciem estabilidade, como empregos formais e salários condizentes.
 - (C) é necessário maior controle, até mesmo por medidas de órgãos governamentais, dos excessos de consumo pela população de baixa renda.
 - (D) houve redução da desigualdade na distribuição de renda, devido à alteração na maneira de classificar alguns segmentos sociais.
 - (E) mudam as formas de crescimento econômico em função da globalização, registrando-se resultados permanentes desse crescimento.
3. O assunto do texto está corretamente sintetizado em:
 - (A) Os efeitos da globalização repercutiram na economia brasileira, beneficiando alguns setores da sociedade, mas oferecendo riscos aos demais.
 - (B) O Brasil é um país de grandes injustiças sociais originadas em um modelo de crescimento pouco eficaz, voltado para o processo de globalização.
 - (C) A política social deve abranger todos os contingentes da população brasileira, e não somente aqueles que se incluem na chamada classe média.
 - (D) Uma economia baseada no consumo da população mostra mais aspectos negativos do que os positivos, especialmente em decorrência de problemas relativos à inadimplência.
 - (E) A ascensão social no Brasil mostra indiscutível amplitude e abrange forte contingente populacional, restando, porém, dúvidas quanto à sustentabilidade desse fenômeno.



<p>4. Os autores do texto</p> <p>(A) põem em dúvida o real crescimento da classe média, embora apontem ganhos efetivos no consumo de bens e de serviços.</p> <p>(B) questionam a importância da denominação da nova classe "C", cujos integrantes seriam, realmente, de uma classe social mais baixa.</p> <p>(C) apontam a necessidade de mudanças nos valores cultivados por uma grande parcela da população, voltada para a obtenção de bens de consumo.</p> <p>(D) defendem a opinião de que a demanda por bens e serviços passou a ser a mola central de um expressivo crescimento social.</p> <p>(E) censuram a expansão sem controle do consumo, por ser fator de inadimplência de expressivo contingente da população.</p>	<p>7. No contexto do 2º parágrafo, a presença das aspas na expressão "nova classe média"</p> <p>(A) indica o uso indevido que se faz da expressão, já que está designando, realmente, um estrato social acima do que indica seu sentido.</p> <p>(B) acrescenta-lhe uma ideia pejorativa, tendo em vista a impropriedade do termo para designar uma classe social mais baixa do que se supõe.</p> <p>(C) imprime-lhe sentido particular, remetendo à afirmativa anterior de que a classe C deixou de ser considerada como baixa, e passou a ser média.</p> <p>(D) isola uma expressão que introduz novo conceito, em linguagem própria das ciências sociais, ainda não explicitado no contexto.</p> <p>(E) denota tratar-se da ideia central do parágrafo, e as aspas indicam que a expressão corresponderia a um título adequado ao texto.</p>
<p>5. As questões colocadas no 2º parágrafo</p> <p>(A) buscam apenas comprovar a existência de fatores econômicos mais sólidos que levaram à redução das diferenças de classe social no Brasil, sustentada pela expansão do consumo.</p> <p>(B) refletem as incertezas que surgem em relação à sustentabilidade dos novos padrões de consumo, decisivos para a ascensão social de boa parte da população brasileira.</p> <p>(C) pressupõem respostas negativas quanto à importância que se atribui à mobilidade social no Brasil, pois não se constata verdadeira redução das desigualdades de renda na maior parte da população.</p> <p>(D) antecipam possíveis consequências de inadimplência da população de baixa renda, em virtude do estímulo a um consumo descontrolado de bens, nem sempre tão importantes nem necessários.</p> <p>(E) criam possíveis dúvidas a respeito da validade dos dados que apontam uma espantosa mobilidade social no Brasil, cercados de questionamentos ainda sem resposta efetiva.</p>	<p>8. ... as famílias situadas nesse patamar defrontam-se com um risco de inadimplência que <u>passa ao largo das famílias da classe média estabelecida</u>. (final do texto)</p> <p>A afirmativa grifada acima significa, considerando-se o contexto, que</p> <p>(A) não atinge as famílias que integram o estrato que já era considerado classe média.</p> <p>(B) deverá abranger todos aqueles que se incluem na antiga classe média.</p> <p>(C) não vai afastar o novo contingente do que se entende por classe média.</p> <p>(D) poderá até comprometer as famílias já estabilizadas economicamente.</p> <p>(E) não diz respeito aos antigos parâmetros de classificação social.</p>
<p>6. Considerando-se o 3º parágrafo do texto, está INCORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) A noção transmitida pelo segmento grifado em <u>Dada a extrema desigualdade no perfil brasileiro de distribuição de renda</u> permanecerá a mesma se ele for substituído por <u>Devido à extrema desigualdade</u>.</p> <p>(B) As expressões <i>os bons</i> e <i>os maus caminhos</i> referem-se, respectivamente, à redução das diferenças sociais e aos riscos de que tais avanços se tornem insustentáveis.</p> <p>(C) Substituindo-se o segmento grifado em <i>por si só a megamobilidade social (...)</i> <u>implica redução por os resultados da megamobilidade social</u>, as palavras só e implica deverão ir para o plural, em respeito às normas de concordância.</p> <p>(D) Os substantivos <i>estagnação</i> e <i>regressão</i>, mesmo distantes por conta da articulação de frases no período, constituem o complemento exigido pelo verbo <i>significa</i>.</p> <p>(E) O segmento grifado na expressão <i>na tendência de melhora na distribuição de renda</i> é exemplo de complemento verbal, no caso, completando o sentido do verbo <i>dependendo</i>.</p>	<p>9. – ou seja, as classes médias tradicionais. (1º parágrafo) (denominados fatores weberianos) (4º parágrafo)</p> <p>Os sinais de pontuação que aparecem nos segmentos transcritos acima atribuem-lhes, respectivamente, noção de</p> <p>(A) inclusão e enumeração.</p> <p>(B) especificação e retificação.</p> <p>(C) enumeração e inclusão.</p> <p>(D) retificação e explicação.</p> <p>(E) explicação e repetição enfática.</p> <p>10. ... além do que lhes permitem os recursos <u>de que dispõem</u> ... (último parágrafo)</p> <p>A expressão pronominal grifada acima deverá preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) A nova classe média desenvolveu padrões de consumo só serão sustentáveis se houver salários dignos.</p> <p>(B) Os novos valores sociais, se deparam os autores do estudo incluem a valorização da educação.</p> <p>(C) As oscilações de renda familiar, o estudo se refere, oferecem riscos à manutenção dos padrões de consumo.</p> <p>(D) Foi realizado um estudo recente, se encontram informações importantes sobre a mobilidade social brasileira.</p> <p>(E) A amplitude da ascensão social se fala é condizente com a redução das desigualdades de renda da população.</p>



11. **Todos os verbos** estão corretamente flexionados na frase:

- (A) Aqueles que preveram dificuldades trazidas pela globalização devem reconhecer que ela trouxe também alguns benefícios.
- (B) Alguns especialistas crêm na redução dos bolsões de pobreza no país, pois boa parte da população brasileira obteve mais renda.
- (C) Pesquisas feitas sobre a distribuição de renda indicam ter havido redução das desigualdades, fato que constitui motivo de comemoração.
- (D) O governo de muitos países interviu na economia para controlar os maus resultados trazidos ao comércio pela crise mundial.
- (E) Para que se mantessem os níveis sustentáveis de consumo, seria preciso garantir renda suficiente às famílias de classe média.

12. *A análise tem como ponto-chave a questão do empreendedorismo.*

O empreendedorismo esbarra em obstáculos reais. A disposição a empreender está disseminada na sociedade.

As frases acima articulam-se em um único período com lógica, clareza e correção, em:

- (A) Um ponto-chave na análise é a questão do empreendedorismo, pois, embora esteja disseminada na sociedade, a disposição a empreender esbarra em obstáculos reais.
- (B) Com uma análise que tem como ponto-chave a questão do empreendedorismo, ele esbarra em obstáculos reais na sociedade, de que a disposição a empreender está disseminada.
- (C) O empreendedorismo esbarra em obstáculos reais na sociedade, mas com a disposição que se dissemina na análise, assim como o ponto-chave que é essa questão a empreender.
- (D) A disposição a empreender está disseminada na sociedade, onde a análise tem como ponto-chave essa questão, que esbarra em obstáculos reais, enquanto está disseminada na sociedade.
- (E) Conquanto a análise tem como ponto-chave a questão do empreendedorismo, o que esbarra em obstáculos reais, a disposição a empreender está, no entanto, disseminada na sociedade.

Atenção: As questões de números 13 a 21 referem-se ao texto abaixo.

"Guerra!", escreveu Thomas Mann em novembro de 1914. "Sentimo-nos purificados, libertos, sentimos uma enorme esperança." Muitos artistas exultaram com o início da Grande Guerra; era como se suas mais extravagantes fantasias de violência e destruição houvessem se tornado realidade.

Schoenberg foi acometido por aquilo que mais tarde chamou de "psicose de guerra", e traçou comparações entre os ataques do exército alemão à França e suas próprias investidas contra os valores da burguesia decadente. Em carta a Alma Mahler, datada de agosto de 1914, demonstrou um entusiasmo extremado pela causa alemã, atacando de um só golpe a música de Bizet, Stravinski e Ravel. "É hora de acertar as contas!", disparou Schoenberg. "Reduziremos, agora, esses defensores do

kitsch à escravidão e lhes ensinaremos a venerar o espírito germânico e a adorar o Deus alemão." Durante parte da guerra, manteve um diário meteorológico, acreditando que determinadas formações de nuvens pressagiavam a vitória ou a derrota alemã.

Berg também sucumbiu à histeria, pelo menos no início. Ao terminar a marcha das Três Peças, escreveu ao professor dizendo ser "muito vergonhoso acompanhar esses importantes eventos como mero espectador".

O massacre de Dinant, o incêndio de Louvain e outras atrocidades de agosto e setembro de 1914 não foram apenas acidentes de guerra. Tais ações se enquadravam no programa do estado-maior alemão, visando à destruição "total dos recursos materiais e intelectuais do inimigo". A noção de guerra total exibia um desagradável grau de semelhança com a mentalidade apocalíptica da arte austro-germânica recente.

Nem todos foram vítimas da "psicose de guerra". Richard Strauss, por exemplo, se recusou a assinar um manifesto no qual 93 intelectuais alemães negavam qualquer ato ilícito do exército em Louvain. Em público, declarava que, como artista, não queria se envolver em confusões políticas, mas em particular sua posição parecia claramente isenta de patriotismo. "É revoltante", escreveu alguns meses depois a Hofmannsthal, "ler nos jornais sobre a regeneração da arte alemã [...] sobre como a juventude da Alemanha emergirá limpa e purificada dessa guerra 'gloriosa', quando, na verdade, devemos agradecer se pudermos ver esses infelizes livres de piolhos e percevejos, curados de suas infecções e, uma vez mais, afastados do hábito do assassinato!" A declaração parece uma resposta à apologia da violência de Mann. Da próxima vez que a Alemanha entrasse em guerra, os dois trocariam de lugar; Strauss seria a figura de proa, Mann, o dissidente.

(Alex Ross. **O resto é ruído**. Trad. de Claudio Carina e Ivan Weisz Kuck. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, p. 81-2)

13. É correto afirmar que, no texto, o autor

- (A) salienta o papel desempenhado por artistas austro-germânicos na Grande Guerra, apontados como responsáveis diretos pelas atrocidades cometidas na França.
- (B) ressalta que escritores como Thomas Mann e compositores como Schoenberg estavam divididos quanto a apoiar ou não a causa germânica durante a Grande Guerra.
- (C) evidencia o apoio dos artistas austro-germânicos à causa alemã na Grande Guerra, para concluir que, na "Segunda" Grande Guerra, eles ficariam contra a Alemanha.
- (D) destaca o posicionamento de alguns artistas alemães e austríacos diante da Grande Guerra, tendo a maior parte deles, de início, manifestado adesão à causa germânica.
- (E) releva alguns depoimentos, como os de Mann e Berg, para sugerir que a eclosão da Grande Guerra teria sido motivada por essas posições extremas tomadas pelos artistas.



<p>14. É correto afirmar que o autor do texto</p> <p>(A) deixa entrever sua posição crítica diante da postura dos artistas que apoiaram a Alemanha na Grande Guerra, por meio de expressões como <i>sucumbiu à histeria e desagradável grau de semelhança</i>.</p> <p>(B) não se posiciona diante da participação dos artistas austro-germânicos na Grande Guerra, limitando-se a descrever a participação deles no conflito, por meio da citação de alguns de seus depoimentos.</p> <p>(C) demonstra estar dividido entre acreditar que os artistas austro-germânicos teriam sido <i>vítimas da "psicose de guerra"</i> ou que teriam conscientemente apoiado a causa alemã na Grande Guerra.</p> <p>(D) partilha a crença dos artistas austro-germânicos nos benefícios que a Grande Guerra poderia proporcionar à renovação da arte e da cultura, como o comprova a referência desdenhosa aos <i>valores da burguesia decadente</i>.</p> <p>(E) denuncia a participação dos artistas que apoiaram a Alemanha na Grande Guerra, sugerindo não ter havido recuo por parte de alguns deles, como Schoenberg, nem mesmo depois do fim do conflito.</p>	<p>17. Atente para as seguintes observações sobre a pontuação utilizada no texto.</p> <p>I. Em <i>Muitos artistas exultaram com o início da Grande Guerra; era como se suas mais extravagantes fantasias...</i> (1^o parágrafo), o ponto e vírgula poderia ser substituído por dois-pontos, sem prejuízo para o sentido e a coesão da frase.</p> <p>II. Em <i>Schoenberg foi acometido por aquilo que mais tarde chamou de "psicose de guerra", e traçou comparações entre os ataques...</i> (2^o parágrafo), a vírgula não poderia ser retirada sob pena de comprometimento do sentido e da coesão da frase.</p> <p>III. Em <i>Strauss seria a figura de proa, Mann, o dissidente</i> (último parágrafo), a segunda vírgula indica a elipse do verbo <i>seria</i> da primeira das orações.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>15. "É revoltante", escreveu alguns meses depois a Hofmannsthal, "ler nos jornais sobre a regeneração da arte alemã [...] sobre como a juventude da Alemanha emergirá limpa e purificada dessa guerra 'gloriosa', quando, na verdade, devemos agradecer se pudermos ver esses infelizes livres de piolhos e percevejos, curados de suas infecções e, uma vez mais, afastados do hábito do assassinato!" (último parágrafo)</p> <p>É correto afirmar que a frase de Richard Strauss, citada no texto e transcrita acima, opõe</p> <p>(A) a revolta que ele sentia contra os que só pensavam em regenerar a arte alemã por meio da guerra à crise social que se havia instalado na sociedade alemã antes da guerra.</p> <p>(B) o que era escrito nos jornais da época a favor da regeneração da arte ao que realmente ocorria com muitos jovens artistas, que viviam na miséria, na doença e no crime.</p> <p>(C) a realidade nua e crua da guerra, caracterizada por pragas, doenças e morticínio, à imagem de pureza abstrata e irreal presente na ideologia dos que defendiam a guerra.</p> <p>(D) o desejo de que os aspectos menos agradáveis da guerra não prevalecessem à realidade gloriosa que adviria de um conflito como a Grande Guerra.</p> <p>(E) a regeneração que ele prenunciava para a Alemanha à consciência de que isso só ocorreria com a vitória alemã, que então superaria o quadro de miséria reinante.</p>	<p>18. Em público, declarava que, como artista, não queria se envolver em confusões políticas, mas em particular sua posição parecia claramente isenta de patriotismo. (último parágrafo)</p> <p>Ao se reescrever a frase acima, mantêm-se a correção, a clareza e o sentido originais em:</p> <p>(A) Em particular, sua posição parecia claramente isenta de patriotismo, ainda que em público declarasse que, como artista, não queria se envolver em confusões políticas.</p> <p>(B) Sua posição, em particular, parecia claramente isenta de patriotismo, porquanto declarava publicamente que, como artista, não queria se envolver em confusões políticas.</p> <p>(C) Sua posição parecia claramente isenta de patriotismo, em particular; uma vez, em público, declarava que, como artista, não quisesse se envolver em confusões políticas.</p> <p>(D) Em particular, sua posição parecia claramente isenta de patriotismo, contanto que em público declarasse que, como artista, não queria se envolver em confusões políticas.</p> <p>(E) Sua posição, em particular, parecia claramente isenta de patriotismo, a despeito de declarar-se como um artista que publicamente não se envolveria em confusões políticas.</p>
<p>16. O segmento cujo sentido está corretamente expresso em outras palavras é:</p> <p>(A) <i>extravagantes fantasias</i> = perfectíveis quimeras.</p> <p>(B) <i>diário meteorológico</i> = jornal de variedades.</p> <p>(C) <i>mentalidade apocalíptica</i> = pensamento inconcebível.</p> <p>(D) <i>isenta de patriotismo</i> = permeada pelo nacionalismo.</p> <p>(E) <i>apologia da violência</i> = enaltecimento da brutalidade.</p>	<p>19. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, foi realizada de modo INCORRETO em:</p> <p>(A) <i>demonstrou <u>um entusiasmo extremado</u></i> = demonstrou-o.</p> <p>(B) <i>Tais ações se enquadravam <u>no programa</u></i> = Tais ações nele se enquadravam.</p> <p>(C) <i>escreveu <u>ao professor</u></i> = escreveu-lhe.</p> <p>(D) <i>se recusou a assinar <u>um manifesto</u></i> = se recusou a assiná-lo.</p> <p>(E) <i>atacando de um só golpe <u>a música</u></i> = lhe atacando de um só golpe.</p>



20. A noção de guerra total exibia um desagradável grau de semelhança... (4º parágrafo)

A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:

- (A) *Tais ações se enquadravam no programa do estado-maior alemão...*
- (B) *... intelectuais alemães negavam qualquer ato ilícito do exército em Louvain.*
- (C) *Muitos artistas exultaram com o início da Grande Guerra...*
- (D) *... a juventude da Alemanha emergirá limpa e purificada dessa guerra 'gloriosa'...*
- (E) *... mas em particular sua posição parecia claramente isenta de patriotismo.*

21. Está correta, clara e coerente a redação da seguinte frase:

- (A) *É muito difícil, hoje, entender como tantos artistas e intelectuais europeus puderam receber a notícia da eclosão da Grande Guerra com tamanho entusiasmo.*
- (B) *Alban Berg será sempre associado a Schoenberg, mas é possível que, por ter composto a belíssima ópera "Wozzeck", acabe dele se disassociando.*
- (C) *A eminência da Guerra, por si só, fez com que muitos jovens, desejosos de provar o seu valor numa frente de batalha, como se com isso se transformassem em heróis.*
- (D) *A música de Schoenberg, passados mais de cem anos de suas primeiras composições, são ainda resultado de enorme espanto e extranhamento.*
- (E) *Thomas Mann é considerado por muitos como um dos maiores romancistas do século XX, cujo Prêmio Nobel recebido fez inteira justiça a ele.*

Atenção: As questões de números 22 a 30 referem-se ao texto abaixo.

"Tratamos de Obama a Osama nos hospitais e postos de saúde da organização não governamental Emergency. Não sou terrorista." O desabafo acaba de ser pronunciado por um médico especializado em cirurgias traumáticas emergenciais. Gino Stada trabalha nos cenários de guerra e de insurgências em nome da Emergency, que fundou com a esposa, Teresa Sarti, em 1994. Nas zonas de conflito, Stada e sua organização declaram-se neutros. A preocupação centra-se nas vítimas das violências bélicas. Em outras palavras, a Emergency, com um corpo composto de mais de mil profissionais, faz, sem indagar sobre ideologias e partidarismos, cirurgias de urgência e reabilita lesionados com próteses e terapias.

Humanista de 61 anos nascido em Milão, Stada instalou e administra postos de saúde e hospitais no Afeganistão, Serra Leoa, Camboja, Sri Lanka, República Centro-Africana e Iraque. No mês de abril, uma "arapuca", a caracterizar terrorismo de Estado, foi montada a fim de desmoralizar o médico, que estava em Veneza. A meta era provocar um escândalo internacional, de modo a levar o governo afegão a cassar as licenças para funciona-

mento da Emergency. Com efeito, agentes do serviço de inteligência do Afeganistão prepararam uma falsa situação de flagrante e prenderam nove funcionários da Emergency. Dentre eles, o cirurgião Marco Garatti e os paramédicos Matteo Pagani e Matteo Dell'Aira.

O flagrante preparado consistiu numa blitz em sala de administração do hospital de Lashkar Gah. Os 007 de Karzai fingiram-se surpresos com o encontro de duas pistolas, nove granadas e dois cinturões costurados com explosivos. Durante oito dias, os funcionários da Emergency ficaram incomunicáveis. Enquanto isso, Karzai falava que os serviços de inteligência tinham abortado um plano dos terroristas talebans para matar o governador da província de Helmand. Nesse plano figuravam como suspeitos o cirurgião Marco Garatti e os demais presos.

Após as prisões, o coronel Tood Vician, porta-voz da Otan, informou que soldados da força internacional não tinham participado das prisões. Não sabia o coronel Vician que, imediatamente, Stada, ladeado de jornalistas, acionou o celular do cirurgião Marco Garatti. A ligação completou-se com um soldado britânico a responder que não podia informar nada sem autorização dos seus superiores hierárquicos. Numa segunda chamada, limitou-se a dizer que todos os nove presos estavam bem. Sequestrados em 10 de abril, os integrantes da Emergency foram colocados em liberdade às 18 horas do domingo, dia 18, depois de forte mobilização de organizações humanitárias internacionais e do Estado italiano. Para Karzai, ficou provada a inocência deles.

O móvel dessa urdidura remonta a março de 2007, quando da libertação do correspondente de guerra do jornal italiano La Repubblica, Daniele Mastrogiacomo, sequestrado pelos talebans. Stada aceitou procurar os talebans com a condição de o governo afegão e as forças de ocupação se afastarem das tratativas. Teve sucesso pela sua força moral e isso ainda não foi digerido por Karzai, pela Otan, pela CIA ou pelos 007 da rainha da Inglaterra.

(Adaptado de Wálter Maierovitch. "Um humanista e o terror de Estado", **CartaCapital**, 30/04/2010.
<http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=6585>)

- 22. I. *Não sou terrorista.*
- II. *... trabalha nos cenários de guerra e de insurgências...*
- III. *... declaram-se neutros.*
- IV. *... sem indagar sobre ideologias e partidarismos...*

Dos segmentos acima, constantes do primeiro parágrafo, aqueles que enfatizam a indistinção com que são tratadas todas as vítimas de conflitos e guerras por Gino Stada ou por sua organização são:

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



23. A palavra "arapuça", utilizada pelo autor no segundo parágrafo, tem seu sentido retomado por meio da seguinte expressão, também presente no texto:
- (A) *escândalo internacional.*
 (B) *falsa situação de flagrante.*
 (C) *forças de ocupação.*
 (D) *serviço de inteligência.*
 (E) *plano dos terroristas talebans.*
-
24. Por meio das expressões *Os 007 de Karzai e pelos 007 da rainha da Inglaterra*, o autor
- (A) admite que não há como punir oficiais afegãos e britânicos, por serem agentes secretos cuja identidade jamais será revelada.
 (B) sugere que os *007 de Karzai* que fizeram a blitz no hospital eram, na verdade, espiões britânicos, os *007 da rainha da Inglaterra.*
 (C) ironiza os serviços de inteligência afegão e britânico, envolvidos em episódios ligados à atuação de Gino Stada no Afeganistão.
 (D) alude ao caráter secreto da missão das forças afegãs e britânicas e, ao mesmo tempo, reconhece a perícia com que foi realizada.
 (E) critica a influência dos filmes de espionagem na formação dos oficiais dos serviços de inteligência afegão e britânico.
-
25. É correto afirmar que, no último parágrafo do texto, o autor
- (A) sugere que os talebans que sequestraram Mastrogiacomo também poderiam estar por trás do complô contra os médicos da Emergency.
 (B) revela as causas primeiras que teriam motivado o complô contra os médicos e funcionários da Emergency.
 (C) se refere a um outro episódio, envolvendo Gino Stada, sem relação direta com o recente complô.
 (D) compara o recente complô contra médicos da Emergency ao sequestro de um correspondente de guerra italiano.
 (E) insinua que a relação de Stada com os talebans é próxima a ponto de justificar a desconfiança com que ele é visto pelas autoridades.
-
26. *Com efeito, agentes do serviço de inteligência do Afeganistão [...] prenderam nove funcionários da Emergency.* (2º parágrafo)
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante é:
- (A) *havia sido presos.*
 (B) *prendeu-se.*
 (C) *seria preso.*
 (D) *foram presos.*
 (E) *estão presos.*
-
27. *Enquanto isso, Karzai falava que os serviços de inteligência...* (3º parágrafo)
- A frase cujo verbo está flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima é:
- (A) *Não sabia o coronel Vician que, imediatamente, Stada...*
 (B) *Durante oito dias, os funcionários da Emergency ficaram incomunicáveis.*
 (C) *O flagrante preparado consistiu numa blitz em sala da administração...*
 (D) *O móvel dessa urdidura remonta a março de 2007...*
 (E) *A ligação completou-se com um soldado britânico...*
-
28. Se há uma diferença entre o terrorismo de Estado e outros tipos de terrorismo, é que estes atuam margem da lei, e desse modo suas vítimas é dado recorrer ao Estado em busca de proteção ou reparação; contra elas quase nada podem fazer.
- Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:
- (A) à – à – àquele
 (B) à – a – aquele
 (C) a – a – aquele
 (D) à – a – àquele
 (E) a – à – àquele
-
29. *Sequestrados em 10 de abril, os integrantes da Emergency foram colocados em liberdade às 18 horas do domingo, dia 18, depois de forte mobilização de organizações humanitárias internacionais e do Estado italiano.* (4º parágrafo)
- Além da noção temporal que se pode constatar no segmento grifado na frase acima, é correto nele reconhecer igualmente a noção de
- (A) consequência.
 (B) condição.
 (C) finalidade.
 (D) concessão.
 (E) causa.
-
30. I. Às vezes, um estratagema bem simples, como o utilizado por Gino Stada, ao ligar para o celular de Marco Garatti diante dos jornalistas, é capaz de revelar a mentira das declarações oficiais, por mais enfáticas que pareçam.
- II. Nos conflitos internacionais, quase sempre se releva os fins em detrimento dos meios, chegando-se mesmo a desconsiderar direito e garantias individuais, constante dos próprios acordos de que é signatário a maioria dos países do globo.
- III. Organizações como a Emergency têm de enfrentar não apenas os enormes desafios da ajuda humanitária a que se propõem, como também a desconfiança e mesmo a perseguição por parte dos que as veem como aliadas de seus inimigos.
- As regras de concordância verbal e nominal estão corretamente observadas em
- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) I e III, apenas.
 (E) I, II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. A questão social é entendida como
- (A) a expressão das relações sociais e circunscreve-se no campo das disputas, pois diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes sociais na sociedade capitalista.
 - (B) a situação de pobreza dos cidadãos, cuja renda *per capita* está abaixo de meio salário mínimo.
 - (C) a expressão de um processo histórico, mas não está inscrita necessariamente dentro do contexto capitalista.
 - (D) o conjunto de condicionantes da pobreza que estabelece relação com o modo como os cidadãos individualmente aproveitam as oportunidades para o desenvolvimento social.
 - (E) o modo de inserção dos sujeitos no mundo do trabalho, desde as sociedades feudais e também pela proteção advinda do Estado.
32. A política social, segundo José Paulo Netto, tem sua funcionalidade no âmbito do capitalismo monopolista. Nesta linha, pode ser considerada como
- (A) resultante exclusivamente do modo como os governos nacionais lidam com a desigualdade e respondem aos seus projetos políticos, independentemente dos movimentos e organização dos trabalhadores.
 - (B) um conjunto de medidas que extrapolam a luta de classes e a agenda do capitalismo monopolista, pois respondem à lógica dos direitos sociais e à carta de direitos humanos firmados a partir do pacto da Organização das Nações Unidas.
 - (C) resultante complexa de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos, portanto decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores.
 - (D) equivalente aos ditames do modelo bismarkiano de Estado de Bem Estar Social, sem contudo responder às demandas da classe trabalhadora.
 - (E) fundamental para a garantia do bem estar social e sempre é pensada para além dos estados nacionais, considerando a economia globalizada e a capacidade de cooperações internacionais entre governos e movimentos sociais mundiais.
33. A concretização dos direitos sociais depende da
- (A) organização de uma rede de serviços não governamentais, capaz de garantir atenção às vicissitudes advindas das condições de vulnerabilidade.
 - (B) intervenção do Ministério Público para fazer cumprir os direitos civis, políticos e sociais, independentemente da formulação das políticas sociais.
 - (C) definição de um plano de governo que contemple as ações no campo da proteção social contributiva, assegurada pela Constituição Federal de 1988.
 - (D) mudança do modo de produção para um modelo no qual possam mesclar economia capitalista e um Estado de cunho socialista.
 - (E) intervenção do Estado, do atrelamento às condições econômicas e à base fiscal estatal, além do que sua materialidade se dá pela instituição de políticas sociais públicas.
34. A realidade social brasileira não pode ser analisada sem contemplar a responsabilidade do Estado, que ao longo da história do país teve diferentes configurações. Segundo Lúcia Cortes Costa, pensar um pacto social capaz de gerar estabilidade para a sociedade exige que:
- I. se estabeleça um pacto social considerando a relação entre democracia e igualdade social.
 - II. o Estado seja capaz de servir aos interesses coletivos, sob pena de perder sua legitimidade.
 - III. a democracia não seja reduzida a regras formais para alternância de grupos no poder ou como método para a tomada de decisões.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I apenas.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III apenas.
 - (D) II e III apenas.
 - (E) I, II e III.
35. Atualmente o tema da proteção social tem sido colocado como central para balizar a garantia dos direitos sociais afiançados pela Constituição Federal de 1988 e suas leis complementares. Pode-se afirmar quanto aos sistemas de proteção social:
- I. são modernos e não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades e carências apresentadas e vivenciadas pelas diferentes sociedades.
 - II. representam formas históricas de consenso político, de sucessivas e intermináveis pactuações, considerando as diferenças existentes no interior das sociedades.
 - III. são constituídos pelos poderes judiciários e legislativos.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I apenas.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III apenas.
 - (D) II e III apenas.
 - (E) I, II e III.
36. A melhoria da qualidade de atendimento das políticas públicas, nos dias atuais, depende, em parte, do desempenho dos seus conselhos gestores. O papel destes conselhos consiste em
- (A) fazer análise diagnóstica sobre a realidade social e executar as estratégias de gestão destinadas aos avanços da política social em nível municipal.
 - (B) estabelecer um sistema de controle sobre a rede de serviços não governamental, definindo critérios para o seu registro e executar as diretrizes para a política social a que estão vinculados, a partir da definição do órgão gestor municipal.
 - (C) fazer análise diagnóstica sobre a realidade social e executar as diretrizes para a política social a que estão vinculados, a partir da definição do órgão gestor municipal.
 - (D) discutir estratégias de gestão, criar condições para estabelecer um sistema de controle e deliberar sobre diretrizes das políticas sociais públicas a que estão vinculados.
 - (E) realizar ações, juntamente com o Poder Judiciário, para definir estratégias de gestão das políticas locais, pois só assim os Conselhos passam a ter caráter deliberativo.



37. O processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988, introduziram importantes avanços capazes de fortalecer o controle social que pode ser compreendido como
- controle do Estado ou do movimento social sobre as massas.
 - desenvolvimento de estratégias e ações de coação social sobre as decisões da população.
 - participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais.
 - mobilização da sociedade civil para assumir ações emergenciais nas situações de calamidade pública.
 - organização da sociedade civil em redes sociais para execução de políticas sociais.
38. Para responder aos novos ditames de democratização no âmbito das políticas sociais espera-se que haja a adoção de medidas que modernizem a gestão, tanto no campo governamental como não governamental no sentido de ampliar a participação social. Nesta linha, uma organização democrática qualifica-se pela:
- capacidade de compreender os processos sociais de modo crítico e abrangente, operando além do burocrático comprometendo-se com o aprofundamento da participação e da composição dialógica.
 - instituição do chamado gerencialismo que permite a ampliação da criatividade e supera a burocratização.
 - direção e coordenação que impulsiona a formação ampliada de decisão alimentando a existência de espaços para a expressão e reconstrução de interesses e desejos de seus membros.
- Está correto o que se afirma em:
- I apenas.
 - I e II apenas.
 - I e III apenas.
 - II e III apenas.
 - I, II e III.
39. Numa visão crítica pode-se dizer que as instituições sociais são:
- organizações específicas de política social e ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil.
 - simples fenômenos superestruturais sem transversalidade na sociedade e exercem o controle e a influência sobre seus usuários.
 - organizações sem vinculação específica com o processo produtivo global e tem por objetivo o desenvolvimento do bem-estar da população.
 - veículos de mercantilização de bens e serviços que não integram o tecido social, mas podem compensar os desequilíbrios do processo produtivo.
 - espaços nos quais não refletem a dinâmica da sociedade capitalista, pois representam a distribuição da riqueza socialmente produzida.
40. As políticas sociais, na contemporaneidade, atuam com o conceito de territorialização. Para o caso de organização dessas políticas seria mais adequado a adoção de definição que contemple
- a circunscrição dos limites geográficos que devem ser os mesmos adotados pelos atuais sistemas de localização por GPS.
 - a delimitação geográfica sob os marcos territoriais, independentemente das considerações históricas e relacionais existentes nas regiões.
 - a divisão dos bairros da cidade com rígidos critérios de limites geográficos, permitindo precisão numérica das famílias referenciadas por serviços.
 - uma 'topografia social' decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios, além da topografia natural.
 - a territorialização que restringe a mobilidade e facilita a apartação, além da topografia natural.
41. O sistema de garantias de direitos e de proteção social, na atualidade, privilegia o trabalho em rede. No campo das políticas sociais as redes podem ser concebidas como
- articulação que envolve a hegemonia de atores da mesma esfera de Governo, sem contudo exigir sintonia das organizações que a compõem.
 - espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada.
 - articulação hierárquica e estruturada, tendo em vista problemas/projetos delimitados, com base em relações formais e regulares.
 - conjunto articulado de organizações de diferentes esferas de governo com expectativas e valores culturais não convergentes.
 - espaço no qual a articulação depende exclusivamente de compartilhamento de objetivos comuns e de procedimentos normativos.
42. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um sistema público não-contributivo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. É princípio organizativo do SUAS
- o comando único da gestão nacional sob a responsabilidade das esferas municipais, orientadas pelo Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, devidamente respaldado pelos Conselhos Municipais.
 - a direção da seletividade do sistema por meio da fixação de níveis mínimos de cobertura que visem aliviar o grau de vulnerabilidade psicossocial da população em geral.
 - a descentralização administrativa respeitando o processo de prefeiturização, considerando que é atribuído para a esfera municipal o dever do custeio da rede socioassistencial governamental e não governamental.
 - o sistema centralizado de gestão por meio da participação dos gestores e dos dirigentes dos serviços socioassistenciais não governamentais e do estabelecimento de canais que viabilizem esse controle social.
 - a presença de sistema de regulação social das atividades públicas e privadas de Assistência Social, exercendo fiscalização e controle da adequação e qualidade das ações e das autorizações de funcionamento de organizações e de serviços socioassistenciais.



43. Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, previsto no artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social e regulações posteriores, é correto afirmar:
- (A) O benefício será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos nas regulações.
 - (B) O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.
 - (C) A cessação do benefício concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão de seu ingresso no mercado de trabalho, impede nova concessão do benefício mesmo que atenda os requisitos exigidos na legislação.
 - (D) O pagamento do benefício poderá ser antecipado dependendo da avaliação técnica e da situação de vulnerabilidade social do beneficiário.
 - (E) O benefício está sujeito a desconto de qualquer contribuição e gera direito ao pagamento de abono anual.
44. O assistente social ao analisar o direito do usuário no campo da Saúde Pública deve considerar que
- (A) aos portadores da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) é assegurada a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria, com período de carência de doze meses, para o segurado que, após filiação à Previdência Social, vier a manifestá-la.
 - (B) na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliar incluem-se somente os procedimentos médicos necessários ao cuidado do paciente em seu domicílio.
 - (C) o tratamento em regime de internação para as pessoas portadoras de transtornos mentais deve ser estruturado de forma a oferecer unicamente serviços médicos especializados.
 - (D) os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, da rede própria e conveniada, ficam obrigados a permitir a presença junto à parturiente de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.
 - (E) as pessoas assistidas tem direito à informação sobre sua saúde, desde que haja autorização expressa por parte da família à equipe médica.
45. A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres e dispõe de medida protetiva de urgência que estabelece
- (A) a notificação da ofendida dos atos processuais relativos ao agressor e a responsabilidade da ofendida em entregar a intimação de notificação ao agressor.
 - (B) a sua concessão de imediato, mediante realização de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público.
 - (C) o prazo de quarenta e oito horas, ao juiz, após recebido o expediente com o pedido da ofendida, conhecer e decidir sobre as medidas protetivas de urgência.
 - (D) a sua concessão ocorrer mediante solicitação exclusiva do Ministério Público.
 - (E) a irrevogabilidade da prisão preventiva do agressor antes do término do processo.
46. A Lei nº 11.340/2006 recebeu o nome Maria da Penha, mulher que se tornou um importante símbolo da luta contra a violência doméstica no Brasil. Ela sofreu duas tentativas de homicídio de seu companheiro. Não morreu, mas sofreu graves sequelas. A aplicação da Lei é uma importante conquista para o direito das mulheres porque
- (A) a mulher pode desistir da denúncia somente na delegacia.
 - (B) determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual.
 - (C) a proteção policial, quando necessária, só pode ser realizada mediante autorização expressa do juiz.
 - (D) cria os juizados especiais criminais com a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.
 - (E) a pena prevista para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher é a cesta básica ou outras de prestação pecuniária.
47. No acesso gratuito da pessoa idosa ao sistema de transporte coletivo interestadual, nos modos rodoviário, ferroviário e aquaviário é assegurada
- (A) a inclusão no benefício das tarifas de pedágio e de utilização dos terminais.
 - (B) à pessoa idosa com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
 - (C) a comprovação da renda mediante a apresentação de atestado de pobreza emitido pelo Conselho Municipal do Idoso.
 - (D) a reserva de cinco por cento de vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros.
 - (E) à pessoa idosa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos de idade.
48. A política de emprego para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo ocorre mediante regime especial de trabalho protegido. As entidades beneficentes de assistência social, podem intermediar a inserção laboral em alguns casos na(s) seguinte(s) modalidade(s):
- I. colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais.
 - II. colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende de adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização.
 - III. promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I apenas.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III apenas.
 - (D) II e III apenas.
 - (E) I, II e III.



49. A reabilitação profissional prevista na legislação da Previdência Social compreende
- auxílio para tratamento ou exame somente no domicílio do beneficiário.
 - acesso do beneficiário ao microcrédito nos casos de reparação ou substituição dos aparelhos necessários.
 - fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso.
 - financiamento pelo sistema da Previdência Social para posterior ressarcimento do beneficiário de aparelho de prótese, órtese e instrumentos necessários a sua habilitação e reabilitação social e profissional.
 - fornecimento de prestação em caráter obrigatório aos assegurados, excetuando-se os aposentados e seus dependentes.
-
50. A legislação que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, prevê a possibilidade de adoção, na impossibilidade de permanência na família natural. Para o caso de adoção, é correto afirmar:
- A simples guarda de fato não autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.
 - Na apreciação do pedido não se deve levar em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
 - O grupo de irmãos colocados sob adoção em nenhuma hipótese poderá ser separado.
 - Para os casos de casais brasileiros residentes ou domiciliados fora do país poderá ocorrer a adoção por procuração.
 - Tratando-se de menor de doze anos de idade não é necessário ouvir sua opinião por se tratar de criança.
-
51. Para o caso de ato infracional praticado por criança, a medida que pode ser aplicada é a
- advertência.
 - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família e à criança.
 - obrigação de reparar o dano.
 - liberdade assistida.
 - inserção em regime de semiliberdade.
-
52. Para a contratação de aprendiz deve ser considerado que
- aprendiz é o maior de doze anos e menor de dezesseis anos que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - a idade máxima para o aprendiz portador de deficiência é de dezoito anos.
 - o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a doze meses.
 - a duração do trabalho do aprendiz não poderá ultrapassar em hipótese alguma quatro horas diárias.
 - a formação técnico-profissional obedecerá horário especial para o exercício das atividades.
-
53. O auxílio reabilitação psicossocial é destinado a paciente acometido de transtornos mentais que cumpra cumulativamente vários requisitos, entre eles
- estar internado em hospital ou unidade psiquiátrica e a situação social indicar a necessidade de auxílio financeiro.
 - ser egresso de internação psiquiátrica cuja duração tenha sido, comprovadamente, por um período igual ou superior a dois anos.
 - estar desligado do serviço psiquiátrico e da atenção em saúde mental por ter alcançado a reintegração social.
 - quando a situação clínica do paciente indicar a permanência hospitalar, independentemente da necessidade de auxílio financeiro.
 - o cômputo como período de internação, os de permanência em instituições de amparo social, por indicar situação de vulnerabilidade pessoal e social.
-
54. Segundo Miriam Veras Baptista são elementos básicos de um programa:
- síntese das informações sobre a situação a ser modificada; formulação explícita das funções consignadas aos Órgãos e/ou serviços ligados ao programa com responsabilidades em sua execução.
 - formulação de objetivos gerais e específicos; estratégia e dinâmica do trabalho a serem adotadas para a realização do programa.
 - atividades e projetos que comporão o programa; recursos humanos, físicos e materiais e explicitação de medidas administrativas necessárias para a manutenção.
- Está correto o que se afirma em:
- I apenas.
 - I e II apenas.
 - I e III apenas.
 - II e III apenas.
 - I, II e III.
-
55. Segundo Marilda Iamamoto o espaço profissional do assistente social não pode ser reduzido àquilo que normalmente faz o trabalhador social no mercado de trabalho. Nesta linha, o profissional deve
- ocupar, prioritariamente, os espaços alocados no âmbito da sociedade civil, pois a questão social, objeto de intervenção do serviço social, é enfrentada nas organizações sociais.
 - exercer a profissão considerando que a mesma independe das condições socialmente determinadas pela divisão social do trabalho.
 - apropriar-se das possibilidades teórico-práticas abertas à profissão pela própria dinâmica da realidade, apreendendo as demandas potenciais gestadas historicamente.
 - entender que não compete ao profissional em seu cotidiano de atuação a apreensão das contradições do modelo capitalista de produção.
 - considerar que no espaço ocupacional do assistente social não pode haver interesses antagônicos, na medida em que seu objeto de intervenção precípua é o direito social.



56. O trabalho profissional do assistente social, considerando o pensamento crítico dialético, está condicionado
- (A) ao conhecimento objetivo e subjetivo das famílias, considerando seu histórico de relações conflituosas, implicando na adoção de práticas educativas e de orientação favorecidas pelo contexto do ajustamento.
 - (B) pelas relações entre as classes na sociedade capitalista que interfere na reprodução material e social da força de trabalho, implicando na adoção de práticas de caráter educativo que se desenvolvem mediadas pelas políticas sociais.
 - (C) pelas relações sociais sem, contudo, permitir que estas sejam consideradas contraditórias, pois interferem na adoção de práticas socioeducativas adotadas no âmbito das políticas sociais, que mediatizam a prática profissional e não podem ser compreendidas como arena de contradições.
 - (D) aos objetivos propostos sem que estes estejam condicionados às finalidades e, neste caso, trata-se de imprimir práticas com mediações que privilegiem a necessidade de ajustamento familiar.
 - (E) pelas relações entre as classes na sociedade capitalista sem deixar que esta interfira na reprodução material e social da força de trabalho, implicando na adoção de práticas de caráter educativo que se desenvolvem mediadas pelas políticas sociais.
57. No projeto ético-político atual do Serviço Social brasileiro explicita-se:
- (A) postura teórica conservadora, relacionada ao pressuposto filosófico cujo horizonte é a manutenção da ordem.
 - (B) a afirmação da base filosófica positivista, norteadas pela ética da neutralidade, e afirmação do perfil técnico como agente executivo.
 - (C) a prática profissional no âmbito da dimensão a-política, dada pela inserção sociotécnica do Serviço Social.
 - (D) o seu vínculo a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.
 - (E) a auto-imagem de uma profissão, elegendo valores e prescrevendo normas para o comportamento humano-filosófico do profissional para a afirmação do *status quo* vigente.
58. Na regulamentação da profissão, constituem como competências do assistente social:
- I. encaminhar providências e prestar orientações psicoterapêuticas a indivíduos, grupos e à população.
 - II. orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
 - III. realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I apenas.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III apenas.
 - (D) II e III apenas.
 - (E) I, II e III.
59. Ao ser chamado para compor a equipe técnica, junto ao Tribunal de Justiça, o analista judiciário/assistente social deve orientar-se pelo projeto ético-político que define para a profissão:
- I. contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão da realidade.
 - II. facilitar os processos democráticos garantidores de direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários.
 - III. projetar a emancipação e a transformação social.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I apenas.
 - (B) I e II apenas.
 - (C) I e III apenas.
 - (D) II e III apenas.
 - (E) I, II e III.
60. A legitimidade, resolutividade e a qualidade do trabalho do analista judiciário/assistente social, junto ao Tribunal de Justiça, deve lograr algumas características. São elas:
- (A) articulador do pensamento crítico com o pensamento estratégico e propositivo mediador e negociador defensor dos direitos sociais.
 - (B) defensor dos direitos sociais estruturado no modelo funcionalista que facilita respostas mais elucidativas às demandas advindas da questão social.
 - (C) elaborador de planos, programas e projetos que criem e recriem serviços no âmbito do judiciário para dar respostas às pessoas que estão em situação disfuncional na sociedade.
 - (D) articulador da rede de serviços, prioritariamente aqueles que estão circunscritos no campo não governamental, pois estes guardam em suas atribuições, funções concernentes aos direitos sociais.
 - (E) organizador do pensamento conservador, pois este responde mais eficazmente aos ditames das diretrizes atuais de centralidade no trabalho sociofamiliar.
61. O assistente social necessita planejar o seu trabalho e estar preparado para as inúmeras demandas que surgem no cotidiano, tanto em quantidade como em qualidade e forma. Para tanto, a partir dos pressupostos básicos do projeto ético-político, cabe a ele elaborar um projeto de trabalho que
- (A) vislumbre soluções focadas apenas na requisição da instituição, cujas demandas apresentadas já expressam as necessidades postas pelos usuários.
 - (B) identifique o seu trabalho naquele espaço sócio-ocupacional, reconhecendo o projeto institucional como projeto profissional.
 - (C) para além da formulação técnica e precisa, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade.
 - (D) siga os moldes de um manual a ser seguido, estabelecendo rigorosamente as etapas a serem cumpridas sem alterações no percurso da ação.
 - (E) não seja publicizado, pois no decorrer de sua ação mudanças podem ocorrer desqualificando o fazer profissional.



62. O assistente social junto ao Tribunal de Justiça foi convidado a participar de um grupo que tem como missão propor um plano de ação de combate à violência doméstica. A proposição deste plano deve contemplar a elaboração de objetivos claros, que considere
- (A) prioritariamente as necessidades emergentes, pois análises com consistência considerando espaços mais amplos não são adequados para planos desta natureza.
- (B) os propósitos de forma clara, os questionamentos que permitem identificar a intencionalidade da ação e a análise da probabilidade de êxito em relação aos fatores sociais do espaço em que opera.
- (C) a adequação da situação posta aos ideários dos propositores do projeto, submetido às intencionalidades políticas dos legisladores locais.
- (D) o posicionamento de todos os participantes, pois raramente existem pensamentos divergentes entre profissionais, na medida em que não há alternativas conflitantes e nem ambiguidades neste campo de atuação.
- (E) os avanços teóricos na área, mas desconsiderar a capacidade de exequibilidade, pois objetivos constituem-se de caráter prospectivo e portanto nem sempre são possíveis de serem cumpridos.
-
63. Dentre as atribuições propostas para o assistente social no campo sociojurídico inclui-se a elaboração de relatório social, cujo processo deve considerar que
- (A) neste campo de ação a autonomia profissional é relativa e, portanto, a construção de indicadores que levem à elucidação verdadeira dos fatos, submetem-se ao posicionamento do juiz por ser a maior autoridade no assunto.
- (B) sua função principal é desvelar a verdade dos acontecimentos ou situações e, neste caso, a participação do assistente social deve ser no sentido de elucidar que a construção desta verdade, considerando-a sob a égide a-histórica e subjetiva.
- (C) esta ação não pode e não deve estar contaminada pela lógica de um projeto de classe social, pois desta maneira atribuiria posicionamento maniqueísta às verdades contidas no relatório social.
- (D) sua função principal é desvelar a verdade dos acontecimentos ou situações e, neste caso, a participação do assistente social deve ser no sentido de elucidar que a construção desta verdade é histórica e construída socialmente.
- (E) não cabe ao profissional de serviço social atribuir uma dimensão teleológica e sim compor seu relatório de forma neutra e pragmática, para facilitar a decisão do juiz em torno da garantia da justiça e direito social.
-
64. O laudo social é utilizado no meio judiciário com a finalidade de dar suporte à decisão judicial. Deve compor sua estrutura:
- (A) introdução (com a indicação da demanda judicial e os objetivos); identificação dos sujeitos envolvidos; metodologia; relato analítico (que consta a construção histórica da questão estudada e da situação atual) e conclusão ou parecer social (que além de sintetizar a situação deve ser desprovido de parecer e análise crítica para preservar a neutralidade na condução do processo).
- (B) introdução (com a identificação dos sujeitos); composição familiar (em forma de quadro que permita identificar o grau de parentesco); situação de renda familiar e parecer conclusivo (que não deve conter posicionamento do profissional, pois esta atribuição para o caso do judiciário é atribuição privativa dos juizes).
- (C) introdução (com a indicação da demanda judicial e os objetivos); identificação dos sujeitos envolvidos; metodologia; relato analítico (que consta a construção histórica da questão estudada e da situação atual) e conclusão ou parecer social (que além de sintetizar a situação contém a análise crítica e indica alternativas).
- (D) objeto (que especifica o que se pretende apontar, com a apresentação de um rápido diagnóstico das relações institucionais que envolvem o caso); objetivo (constando quais os fins a que se destina o laudo); metodologia e conclusão (para expor o parecer analítico).
- (E) introdução (com os dados da realidade social da família); identificação dos sujeitos envolvidos (ou seja dos acusados e vítimas do caso); metodologia (constando o caminho a ser trilhado pelo juiz na análise do caso); relato analítico (que consta a situação atual) e conclusão ou parecer social (que além de sintetizar a situação contém a análise crítica e indica alternativas).
-
65. O assistente social ao atuar na equipe interdisciplinar deve pautar sua prática pelo pressuposto de que:
- (A) a realidade social só pode ser entendida numa abordagem sintetizadora que permita uma visão dialética entre as partes fornecendo elementos para a construção de um sentido total.
- (B) nesta perspectiva deve-se limitar que cada profissional exerça o questionamento, a emissão de opinião e a discussão, pois estas posturas tornam inviáveis o alargamento dos processos democráticos na instituição onde atua.
- (C) sempre, no âmbito da equipe, o coordenador seja aquele profissional, cuja área de especialidade e consequentemente de saber tenha soberania sobre as demais.
- (D) mesmo com a definição do trabalho em equipe, deve-se construir a possibilidade de manter um organograma hierarquizado, pois haverá sempre a necessidade de estabelecer cobranças em relação ao trabalho de cada uma das especialidades.
- (E) considerando a autonomia das áreas de conhecimento, o trabalho interdisciplinar só se consolida com a existência de confronto e enfrentamento entre os saberes.



66. “A miséria não gera consciência e solidariedade, mas gera mais miséria e irracionalismo, violência e individualismo exacerbado. Ela não cria consciência da miséria, e sim miséria da consciência”. (VIEIRA, 1998: 19)

Atuando como assistente social no Poder Judiciário você deverá realizar avaliações quanto à condição de pobreza e vulnerabilidade dos sujeitos usuários dos serviços. A pobreza pode ser consequência

- (A) da falta de cultura do chefe de família, da ausência de acesso aos serviços públicos ao processo de reprodução social e do desinteresse em buscar novos postos de trabalho.
- (B) da falta de interesse dos cidadãos em ingressarem no mercado de trabalho e da inserção precária nos programas sociais, gerando acomodação.
- (C) do descuido dos chefes de família com a educação de crianças e adolescentes que consequentemente gera a desfiliação social apontada por Castell.
- (D) da exclusão do mercado de trabalho, da ausência de participação nos espaços públicos e da acomodação gerada pela inserção nos programas de transferência de renda.
- (E) da exclusão do mercado de trabalho, da ausência de acesso aos serviços públicos ao processo de reprodução social e ausência de participação nos espaços públicos.

67. O Poder Judiciário – um poder do Estado – responsável pela aplicação das leis e distribuição da justiça deve considerar em suas ações todas as dimensões da vida humana e social. Nesta linha, o assistente social que atua neste campo, deve imbuir-se da capacidade de:

- (A) intervir de forma articulada à rede social; sistematizar conhecimentos acerca da realidade social, que envolve os usuários dos serviços; utilizar saberes fundamentados teórica e historicamente e se compromissar com a ampliação e garantia de direitos.
- (B) organizar documentação adequada sobre aspectos objetivos e subjetivos dos usuários, a partir dos relatos de seus familiares; utilizar a lógica sistêmica que permite a compreensão mais orgânica das relações sociais, além de estabelecer compromisso com os direitos sociais.
- (C) intervir de forma articulada com a rede social, mais especificamente na atenção à criança e adolescente; realizar perícia em todos os casos; defender os direitos sociais e submeter seu posicionamento ao parecer dos juízes, pois estes têm predominância no campo judicial.
- (D) dedicar-se exclusivamente à função de perito, na medida em que para a área do judiciário exige-se posicionamento claro sobre situações-problema e, nesta linha, cabe ao profissional ser exato e lógico em seus pareceres.
- (E) indicar com precisão quais as expressões da questão social sob a égide do pensamento de Durkheim, pois o mesmo defende a capacidade de se estabelecer a organização de trabalho coletivo de forma orgânica e harmônica e defender a ampliação dos direitos sociais.

68. As instruções sociais de processos, sentenças e decisões enquanto instruções da área de Serviço Social em processos judiciais, faz com que o assistente social se depare com inúmeras situações que envolvem uma família e requerem deste profissional a capacidade de

- (A) conhecê-las com profundidade, ou seja, a capacidade de recuperação de sua construção histórica em uma perspectiva crítica, a capacidade de identificação da complexidade da realidade socioeconômica-cultural na qual se insere no presente, a fim de analisá-las e interpretá-las.
- (B) realizar estudo social, a partir da vida linear e cronológica, sem relacioná-la com outros fatores objetivos e subjetivos que condicionaram sua realidade e/ou sua condição hoje, para que o respectivo estudo não seja influenciado por aspectos externos.
- (C) utilizar sua concepção individual em relação a sua própria família ou a situações familiares em geral como parâmetro de análise, tendo como foco a perspectiva a-crítica e a-histórica.
- (D) utilizar a sua competência profissional e de sua função privativa e ater-se nas expressões que se colocam na sua imediatividade, por compreendê-las enquanto àquelas que dão fundamento e trazem elementos essenciais de base para estruturação da família, sendo que estas irão subsidiar a elaboração do relatório para a decisão judicial.
- (E) focar na aparência dos dados empíricos, tendo consciência do saber que acumula enquanto especialista, da necessidade do envolvimento e a imersão total nas atividades e exigências postas no cotidiano, sem levar em conta o distanciamento para a reflexão crítica, teórica e ética para a efetiva ação.

69. Caracteriza-se como atividade do assistente social no âmbito Judiciário

- (A) desenvolver programas de auxílio alimentação a famílias com necessidades materiais.
- (B) desenvolver programas de complementação de renda.
- (C) atender requisição de serviços do Conselho Tutelar para vagas em escola, consulta médica e psicológica e internação de usuários de drogas.
- (D) realizar serviços de plantão e triagem da política de assistência social.
- (E) inserir e garantir o acesso dos sujeitos aos direitos e serviços sociais e sua ampliação.

70. Em sua atuação profissional, o assistente social recebe a atribuição da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a metodologia do Depoimento Sem Dano/DSD. Nesse caso, o profissional deve

- (A) cumprir a tarefa, por se constituir função privativa do assistente social.
- (B) cumprir a tarefa por se constituir função que pode ser exercida pela própria magistratura, assim como pelo assistente social e psicólogo.
- (C) recusar a tarefa, caso não tenha a certificação do curso de capacitação para inquirição.
- (D) recusar a tarefa por se constituir função própria da magistratura.
- (E) cumprir a tarefa por possuir a qualificação já designada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.